



Associação Famalicense
de Prevenção e Apoio à Deficiência

RELATÓRIO E CONTAS 2017

Março 2018



Qualificar É Crescer



**ASSOCIAÇÃO FAMILICENSE
DE
PREVENÇÃO E APOIO À DEFICIÊNCIA**

FUNDADA EM 1993

INSTITUIÇÃO CERTIFICADA



RELATÓRIO e CONTAS 2017

INDICE

INDICE.....	4
INDICE DE FIGURAS	8
INDICE DE GRÁFICOS	8
INDICE DE TABELAS	8
SIGLAS E ABREVIATURAS	10
CAPITULO I – APRESENTAÇÃO.....	11
1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL.....	11
1.1 - Visão	11
1.2 - Missão	11
1.3 - Valores.....	11
1.4 - Política da Qualidade.....	11
1.5 - Política de ÉTICA.....	12
1.6 - Estratégia	12
2. MENSAGEM DA DIREÇÃO	13
3. ORGANOGRAMA	15
4. CARATERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	16
4.1 – Identificação.....	16
4.2 – Sede	16
4.3 – Lar Residencial “A Minha Casa”	17
4.4 – Horário de Funcionamento	17
5. INTRODUÇÃO	17
6. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2017.....	19
CAPITULO II – RECURSOS HUMANOS	20
1. INTRODUÇÃO	20
2. QUADRO DE PESSOAL	20
CAPITULO III – ATIVIDADE	22
1. INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA.....	22
1.1 Enquadramento	22

1.2 Crianças Sem Apoio	22
1.3 Frequência de Crianças	23
2. CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS.....	23
2.1 Enquadramento	23
2.2 Lista de candidatos.....	23
2.3 Frequência dos Clientes	23
3. LAR RESIDENCIAL.....	24
3.1 Enquadramento	24
3.2 Lista de candidatos.....	24
3.2 Frequência dos Clientes	24
4. SERVIÇOS E TERAPIAS COMPLEMENTARES	24
4.1 Gabinete Social de Terapias.....	24
5. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	25
CAPITULO IV- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
1. BASES PARA APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
1.1 Características das Demonstrações Financeiras.....	26
1.2 Continuidade.....	27
1.3 Regime de Acréscimo (periodização económica)	27
1.4 Consistência de Apresentação	27
1.5 Materialidade e Agregação	28
1.6 Informação Comparativa	28
2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	29
3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	32
4. BALANÇO.....	33
CAPITULO V - ANEXO	34
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:.....	34
1.1 Denominação da entidade:.....	34
1.2 Lugar da sede social:.....	34
1.3 Natureza da atividade:	34
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	34
2.1 Indicação do referencial contabilístico (NCRF-ESNL) e outros normativos	34

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS	
CONTABILÍSTICAS E ERROS	35
3.1. Principais políticas contabilísticas:	35
a) Continuidade	35
b) Regime do acréscimo (periodização económica)	35
c) Consistência de apresentação	36
d) Materialidade e agregação	36
e) Compensação	36
f) Informação comparativa	36
3.2 Principais pressupostos relativos ao futuro	36
3.3 Principais fontes de incertezas das estimativas	36
4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	37
4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:.....	37
5. ATIVOS INTANGÍVEIS	38
6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	39
7. INVENTÁRIOS	39
8. RENDIMENTOS E GASTOS	40
8.1 Rédito	40
8.2 Gastos.....	41
9. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS	42
10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	42
10.1 Dívidas a instituições de crédito.....	42
11. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	42
12. OUTRAS DIVULGAÇÕES.....	43
12.1 Diversos	43
12.2 Depósitos bancários	43
12.3 Estado e outros entes públicos	43
12.4 Outras contas a receber e pagar.....	44
12.5 Diferimentos	45
12.6 Fornecimentos e serviços externos	45
13. FLUXOS DE CAIXA	47
13.1 Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto	47
14. RÁCIOS	48

14.1 Fundo manei	48
14.2 Liquidez geral e liquidez imediata	48
14.3 Autonomia financeira, solvabilidade e endividamento	49
14.4 Rendibilidade líquida da atividade	50
CAPITULO VI – DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	51
1. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - CAO	51
2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - IPI	52
3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – LAR RESIDENCIAL	53
4. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – SERVIÇOS E TERAPIAS COMPLEMENTARES (STC)	54
5. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	55
CAPITULO VII - DIVERSOS	56
1. INFORMAÇÕES ADICIONAIS	56
2. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO	56
3. FACTOS RELEVANTES APÓS O ENCERRAMENTO DE CONTAS DE 2017	57
4 CONCLUSÕES	57
5. REFERENCIAS FINAIS	58

ÍNDICE DE FIGURAS

FIG. 1 – ORGANOGRAMA.....	15
FIG. 2– CERIFICADO DA QUALIDADE.....	25
FIG. 3 – RESULTADO LIQUIDO 2017	31

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO N.º 1 - COLABORADORES	20
GRÁFICO N.º 2 - AFETAÇÃO DE COLABORADORES POR RESPOSTA SOCIAL.....	21

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA.....	29
TABELA 2 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	32
TABELA 3 – BALANÇO 2017	33
TABELA 1 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	38
TABELA 2 – ATIVOS INTANGÍVEIS.....	39
TABELA 3 – INVENTÁRIOS	39
TABELA 4 – CONTA DE MERCADORIAS	40
TABELA 5 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS.....	40
TABELA 6 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	41
TABELA 7 – GASTOS.....	41
TABELA 8 – SUBSÍDIOS DO ESTADO.....	42
TABELA 9 – GASTOS COM PESSOAL EM 2017 E 2016.....	42
TABELA 10 – SALDO DEPÓSITOS BANCÁRIOS EM 2016 E 2017	43
TABELA 11 – SALDO DEPÓSITOS BANCÁRIOS EM 2016 E 2017	43
TABELA 12 – SALDO DA CONTA DE DÍVIDAS AO ESTADO	44
TABELA 13 – OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	44

TABELA 14 – SALDO DA CONTA DE DIFERIMENTOS	45
TABELA 15 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	46
TABELA 16 – FLUXOS CAIXA ATIVIDADES OPERACIONAIS	47
TABELA 17 – FUNDO DE MANEIRO	48
TABELA 18 – RÁCIO LIQUIDEZ GERAL E IMEDIATA	48
TABELA 19 – RÁCIO AUTONOMIA FINANCEIRA, SOLVABILIDADE E ENDIVIDAMENTO... 	49
TABELA 20 – RENDIBILIDADE LÍQUIDA	50
TABELA 24 – DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CAO.....	51
TABELA 25 – RENDIMENTOS E GASTOS TOTAIS E MÉDIOS DO CAO.....	51
TABELA 26 – DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS DE IPI.....	52
TABELA 27 – RENDIMENTOS E GASTOS TOTAIS E MÉDIOS DE IP	52
TABELA 28 – DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS LAR.....	53
TABELA 29 – RENDIMENTOS E GASTOS MÉDIOS DO LAR	53
TABELA 30 – RENDIMENTOS E GASTOS MÉDIOS DOS STC.....	54
TABELA 31 – COMPARAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS GASTOS COM O ORÇAMENTO	55
TABELA 32 – COMPARAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS RENDIMENTOS COM O ORÇAMENTO 55	

SIGLAS E ABREVIATURAS

A.P.D.A.S.C.	Associação Portuguesa Para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural
AFPAD	Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência
APQ	Associação Portuguesa da Qualidade
ASUS	Atividades Socialmente Úteis
BADF	Base Apresentação Demonstrações Financeiras
BPI	Banco Português Investimento
BTE	Boletim Trabalho e Emprego
CAO	Centro de Atividades Ocupacionais
CC	Código Contas
CMVMC	Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas
ELI	Equipa Local Intervenção
ESNL	Entidades Setor Não Lucrativo
FM	Fundo de Maneio
IEFP	Instituto Emprego e Formação Profissional
INR	Instituto Nacional de Reabilitação
IP	Instituto Público
IPI	Intervenção Precoce na Infância
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
ISS	Instituto de Segurança Social
MDF	Modelos Demonstrações Financeiras
MG	Montepio Geral
NB	Novo Banco Espírito
NCRF	Norma Contabilística Relato Financeiro
NI	Normas Interpretativas
NUTS	Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas
R/C	Rés-do-chão
SMN	Salário Mínimo Nacional
SNC	Sistema Normalização Contabilização
SNIPi	Serviço Nacional Intervenção Precoce na Infância
STC	Serviços e Terapias Complementares
VNF	Vila Nova de Famalicão

CAPITULO I – APRESENTAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 - Visão

Ser uma referência na integração familiar e social das pessoas com deficiências e incapacidades, contribuindo para uma sociedade aberta e inclusiva.

1.2 - Missão

Prestar serviços integrados e personalizados de apoio a pessoas com deficiência e incapacidades e disponibilizar apoio às famílias em articulação interinstitucional, adotando estratégias de inovação e melhoria contínua.

1.3 - Valores

- **Respeito** pelos direitos dos clientes e significativos, dinamizando um atendimento personalizado, individualizando percursos e metodologias no sentido de ir o mais longe possível na integração social;
- **Confidencialidade**, garantindo absoluto sigilo de todas as informações e dados pessoais, designadamente os que dizem respeito à privacidade dos clientes;
- **Participação e coresponsabilização**, envolvendo a família, os agentes sociais e os cuidadores principais na prestação dos serviços;
- **Motivação e empenho** dos colaboradores, contribuindo para o sucesso da organização;
- **Responsabilidade**, assumindo as ações respeitando os mais elevados padrões de ética e profissionalismo;
- **Lealdade**, respeitando as hierarquias, agindo com sinceridade e honestidade para com todos os intervenientes.

1.4 - Política da Qualidade

Prestar serviços de qualidade e valor, ajustados às necessidades e expectativas dos clientes e significativos, gerando os mais elevados níveis de satisfação para todas as partes interessadas, através da inovação e melhoria contínua, enquanto organização orientada para uma ética de responsabilidade e de dever.

1.5 - Política de ÉTICA

A Política de ÉTICA da AFPAD não distingue categorias profissionais nem nível hierárquico devendo aplicar-se a todos os colaboradores, visando estabelecer os princípios éticos e de conduta que devem orientar a prática de todos os profissionais da AFPAD no respeito pela dignidade da pessoa com deficiência e da sua proteção contra riscos indevidos.

A AFPAD respeita a dignidade da pessoa humana e a promoção da justiça social através dos princípios que norteiam a sua atividade. Apoia uma cultura de comportamento ético e de atenção a todos os clientes, sendo esse conjunto da responsabilidade de todos os colaboradores.

Ao mesmo tempo, a AFPAD cria as condições necessárias à concretização deste comportamento ético presente em toda a atividade levada a cabo na e pela AFPAD.

O respeito pela dignidade humana passa por assegurar a proteção dos nossos clientes de diferentes tipos de abusos, criando as condições adequadas e um ambiente seguro. A criação de um ambiente seguro inclui as condições adequadas nas instalações. As responsabilidades e autoridades definidas estabelecem diretivas que asseguram a prestação de serviços em conformidade com esta política, assim como criam condições para a sua correta avaliação.

Por outro lado, a AFPAD apoia o desenvolvimento de condições de escolha informada (*empowerment*) de forma a potenciar iniciativas próprias de prevenção e reação, permitindo a auto-defesa.

A satisfação dos clientes para com o respeito pela sua dignidade é conhecida, ao mesmo tempo que constantemente melhorada na sequência de momentos de revisão incluídos no sistema de gestão.

1.6 - Estratégia

- Melhorar continuamente a qualidade dos serviços através da implementação do sistema de gestão da qualidade;
- Melhorar os sistemas de informação e comunicação;
- Promover a eficiência dos recursos humanos através da formação e melhoria contínua;
- Investir em estruturas físicas, equipamentos e transportes;
- Criar estratégias para a sustentabilidade económico-financeira.

2. MENSAGEM DA DIREÇÃO

Caros Associados,

De acordo com os estatutos da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, é competência da Direção a apresentação do relatório de atividades e de contas aos seus associados em assembleia geral.

Faz também parte das suas obrigações a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados.

O relatório de atividades e contas divulga e demonstra a materialização dos objetivos e das ações realizadas, assim como, a justificação dos desvios verificados, tendo por base garantir a transparência e a qualidade da informação a prestar aos associados.

Tendo em consideração a nossa responsabilidade, inserida num processo onde se revela a transparência, apresentamos o relatório de atividades e contas referente ao ano de 2017.

Nesse contexto, o desafio durante o ano de 2017 foi deparamo-nos com algumas adversidades e contrariedades que influenciaram os resultados apresentados e alcançados.

Desde logo, a atualização do salário mínimo nacional (SMN) que incidem sobre as remunerações de alguns colaboradores, com o acréscimo dos devidos encargos patronais; resolução de conflitos laborais que estavam pendentes; gestão dos recursos humanos da sede e do Lar Residencial; pequenas obras de manutenção; quer no Lar Residencial (remodelação completa de uma casa de banho, pinturas de paredes interiores) quer na sede (pintura das paredes interiores das salas e gabinetes).

Acresce ainda, que no ano transato, procedeu-se à renovação do certificado da qualidade, que é efetuado de dois em dois anos.

No entanto, também foram apresentadas candidaturas a projetos e outros (BPI Capacitar; Erasmus +; INR – Colónia de férias; IEFP – Estágios profissionais), de forma a minimizar os efeitos negativos dos resultados do ano findo.

Para o efeito e para dar continuidade ao futuro da Instituição na prossecução do seu projeto e para que a AFPAD possa alcançar o sucesso com a eficiência e eficácia desejada, a direção conta com o imprescindível apoio dos estimados clientes e parceiros pela preferência e a confiança que em nós deposita, e ainda o profissionalismo e envolvimento de todos os colaboradores na concretização dos seus objetivos.

Estamos certos de que os desafios não foram, nem continuam a ser fáceis, pelo que pensamos que são merecedores do justo reconhecimento pelo desempenho e trabalho desenvolvido.

Em face destas considerações e porque a dimensão e dinâmica da nossa Instituição a todos os intervenientes pertence, a Direção apresenta a todos, o nosso especial agradecimento.

Vila Nova de Famalicão, 09 de março de 2018

Presidente da Direção

Alberto Manuel Ribeiro Gonçalves

3. ORGANOGRAMA

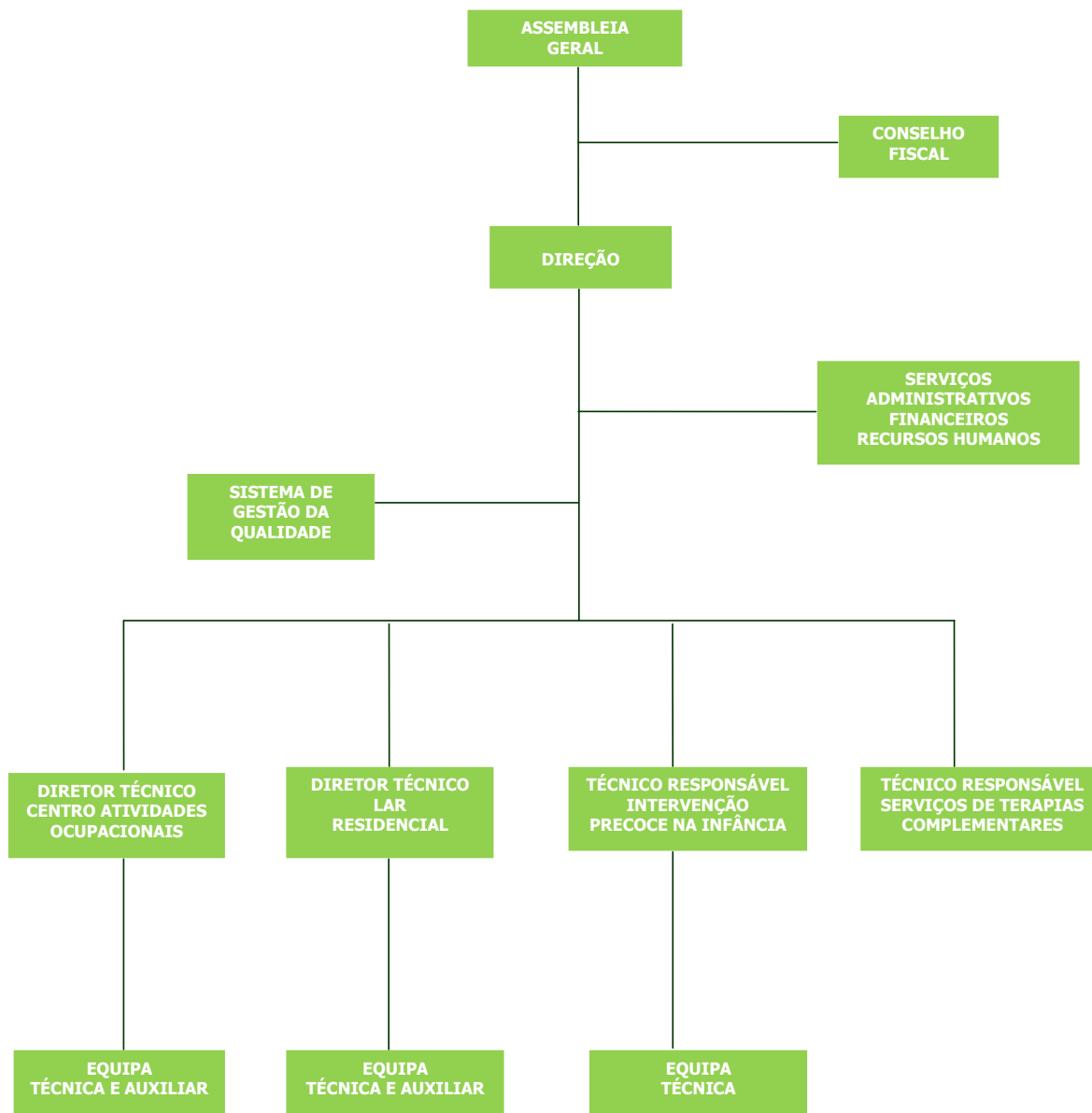


Fig. 1 – Organograma

4. CARATERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

4.1 – Identificação

Designação:	Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência
Morada:	Rua António Sérgio, 103 4760 – 298 VILA NOVA DE FAMALICÃO
Telefone:	252 378 790 / 252 378 791
E-mail:	geral@afpad.org
Web:	www.afpad.org
Facebook:	http://www.facebook.com/afpad.ipss
NIPC:	502 914 432
NISS:	2000 494 6450
CAE:	87302 – Atividades de apoio social para pessoas com deficiência com alojamento
Matricula:	Inscrição n.º 35/95, de fls. 46 e 46 vº do livro n.º 6 das Associações de Solidariedade Social
Publicação:	Diário da República, III Série, n.º 211, de 12/09/1995 Diário da República, III Série, n.º 23, de 28/01/2003
Região NUTS:	NUTS III – Portugal – Norte - Ave
Caracterização Jurídica:	Outras Associações (IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social)

4.2 – Sede

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência está edificada num edifício na Rua António Sérgio, 103, que é composto por R/C e seis andares. A fração autónoma designada pela letra “A” correspondente ao R/C cuja propriedade é da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, conforme escritura efetuada no dia vinte e sete de Dezembro de mil novecentos e noventa e cinco, no terceiro cartório notarial do Porto.

O edifício está contemplado com o alvará de licença de utilização n.º 494/2008, emitida pelo departamento de urbanismo e habitação da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

O edifício é repartido por sectores, onde funcionam os serviços administrativos, as respostas sociais de Intervenção Precoce na Infância, Centro de Atividades Ocupacionais, Serviços e Terapias Complementares, para além de um espaçoso parque automóvel com um lugar de estacionamento para pessoas portadoras de deficiências e incapacidades e um lugar para ambulâncias, localizado na via pública mesmo em frente ao edifício.

4.3 – Lar Residencial “A Minha Casa”

O funcionamento da resposta social de Lar Residencial “ A Minha Casa” está edificada num edifício arrendado de tipologia T5, situado na Avenida João XXI, 1928 na freguesia de Vermoim, concelho de Vila Nova de Famalicão e é composto por R/C e um andar, anexos e um grande logradouro.

4.4 – Horário de Funcionamento

O horário de funcionamento da sede é o seguinte:

De segunda-feira a sexta-feira:

Abertura: 8:30 h às 17:00h

Pausa almoço 12:300 h às 14:00 h

Sábado: Descanso Complementar.

Domingo: Descanso Obrigatório

O Lar Residencial “ A Minha Casa” funciona 24 horas por dia, durante todo o ano.

5. INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto na alínea b) do número um do artigo 27º dos Estatutos da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, a Assembleia Geral reúne até 31 de Março, para aprovação do relatório de contas do ano anterior, bem como do parecer do conselho fiscal.

Nos termos das disposições estatutárias, compete à Direção elaborar o relato e as contas, conferindo-lhe, neste domínio, a responsabilidade dos restantes órgãos.

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência apresenta o relatório de contas referente ao ano de 2017, elaborado de acordo com toda a sua atividade desenvolvida durante o período compreendido entre o dia um de Janeiro e o dia trinta e um de Dezembro de 2017.

O presente relatório, visa divulgar e dar a conhecer principalmente aos seus associados, para além de outras partes interessadas na informação económica e financeira, a caracterização e o desenvolvimento de toda a sua atividade, exercida no decorrer do ano de 2017, assim como a análise dos resultados através das demonstrações financeiras.

Também divulgamos os factos e os acontecimentos mais relevantes ocorridos no ano de 2017, assim como os recursos e os meios aplicados, os resultados obtidos e o seu impacto em cada resposta social.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e preparadas conforme a legislação em vigor para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), e de acordo com as normas e diplomas divulgados no capítulo (capítulo IV) das demonstrações financeiras deste relatório.

Para a sua elaboração foram analisadas as demonstrações financeiras (Balanço, Anexo ao Balanço, Demonstração de Resultados por Natureza, Demonstração dos Fluxos de Caixa), para além de outros documentos e peças contabilísticas extraídas do sistema informático e de gestão SAGE, (programa de contabilidade e de salários entre outros instrumentos informáticos de apoio à gestão).

Por último, uma referência aos resultados obtidos no período compreendido entre o dia um de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017, que apresenta na sua estrutura de gastos o valor total de 450.710,74 € (quatrocentos e cinquenta mil e setecentos e dez euros e setenta e quatro cêntimos) e o valor total de 438.136,43 € (quatrocentos e trinta e oito mil e cento e trinta e seis euros e quarenta e três cêntimos) de rendimentos o que evidencia um apuramento de um resultado líquido negativo no valor de 12.574,31 € (doze mil quinhentos e setenta e quatro euros e trinta e um cêntimos).

6. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2017

A partir de 01 de janeiro de 2017, a taxa social única (encargos da entidade patronal) passou a ser de 22,30% para as instituições particulares de solidariedade social (IPSS), ou seja aumentou 0,30 € relativamente ao ano anterior (2016).

O salário mínimo nacional (SMN) a partir do dia 01 de janeiro de 2017 passou a ser de 557,00 €, ou seja aumentou 27,00 €.

Durante o ano de 2017, o subsídio de refeição pago aos colaboradores foi pago em espécie (refeição).

Em março de 2018 a AFPAD recebeu o valor de 1.453,64 €, referente à consignação de IRS e à consignação de IVA (1.441,91 € e 11,73 € respetivamente).

Em junho de 2017 foram atualizados (em 2,1%) com retroativos a contar de janeiro, os valores recebidos das comparticipações dos acordos de cooperação com a segurança social, referente às respostas sociais de Intervenção Precoce, Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial.

Em junho foi recebido o valor de 28.897,60 € do projeto “Differences” do programa Erasmus +.

Em julho foi recebido um subsídio da Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão, no valor de 10.000,00 euros.

Em setembro foi efetuada a auditoria externa pela APQ – Agencia Portuguesa para a Qualidade, para a renovação do certificado da Qualidade pelo modelo e referencial EQUASS – Assurance Nível 1.

Em novembro foi aprovado pelo IEF – Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP, dois estágios profissionais, ao abrigo da portaria n.º 131/2017, de 7 de abril, retificada pela declaração de retificação n.º 1572017, de 27 de abril.

Em dezembro foi recebido o valor de 50.000,00 € referente ao prémio BPI Capacitar.

No ano de 2017 foram admitidos quatro novos sócios.

Durante o ano de 2017 a AFPAD recebeu o valor de 1.650,00 € relativo a entregas de injunções impostas pelo tribunal judicial de Vila Nova de Famalicão.

CAPITULO II – RECURSOS HUMANOS

1. INTRODUÇÃO

A gestão dos recursos humanos processou-se de moldes análogos a anos anteriores, com as alterações julgadas convenientes em cada momento, na estrutura de funcionamento, apresentando-se com pequenos ajustamentos (substituição de baixas médicas de curta duração) de reorganização e adequação dos recursos existentes.

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência labora no regime normal de trabalho de acordo com o Código do Trabalho – Lei n.º 7/2009 de 12 de Fevereiro de 2009 e posteriores alterações, assim como também aplica o contrato coletivo de trabalho publicado no (BTE) Boletim de Trabalho e Emprego N.º 31 de 22 de Agosto de 2015.

2. QUADRO DE PESSOAL

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência conta com a colaboração de um total de 24 profissionais, inscritos nos quadros de pessoal durante o ano de 2017.

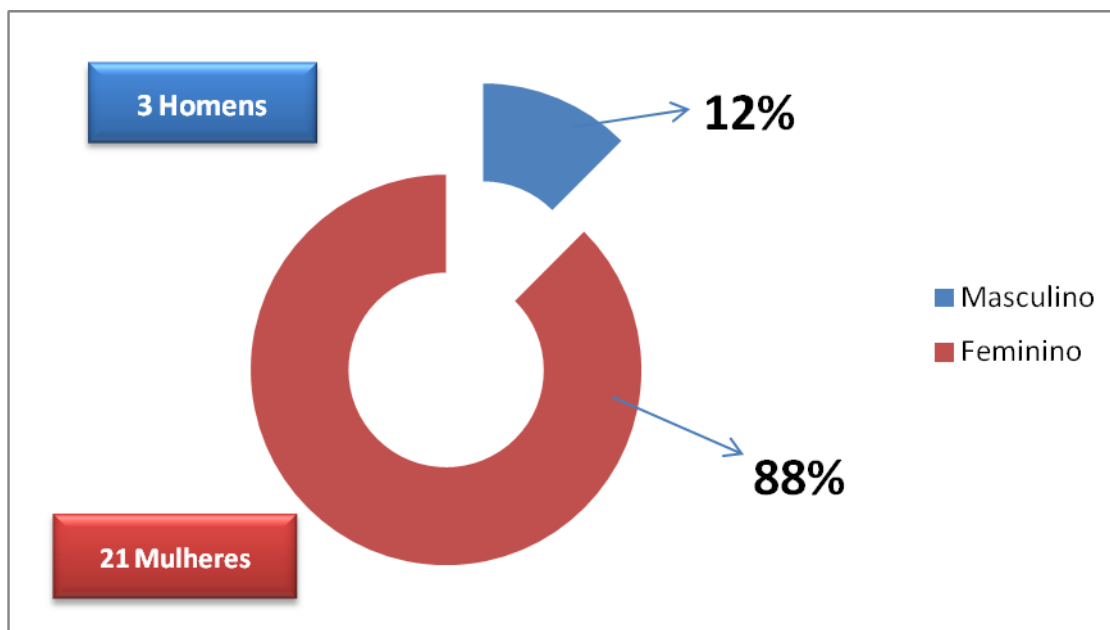


Gráfico N.º 1 - Colaboradores

Do total dos 24 profissionais, dois estão a substituir uma incapacidade temporária para o trabalho por tempo indeterminado de longa duração, derivada de doença e uma outra com incapacidade temporária absoluta de longa duração, derivada de acidente de trabalho.

Durante o ano de 2017, registaram-se a saída de 3 colaboradoras. No final de janeiro uma colaboradora saiu por acordo de revogação de contrato de trabalho. Em agosto outra

colaboradora apresentou a rescisão do seu contrato de trabalho e em setembro saiu outra colaboradora pelo motivo de não renovação de contrato de trabalho a termo certo.

No gráfico seguinte é apresentado o número de colaboradores e percentagem em que estão afetos a cada resposta social.

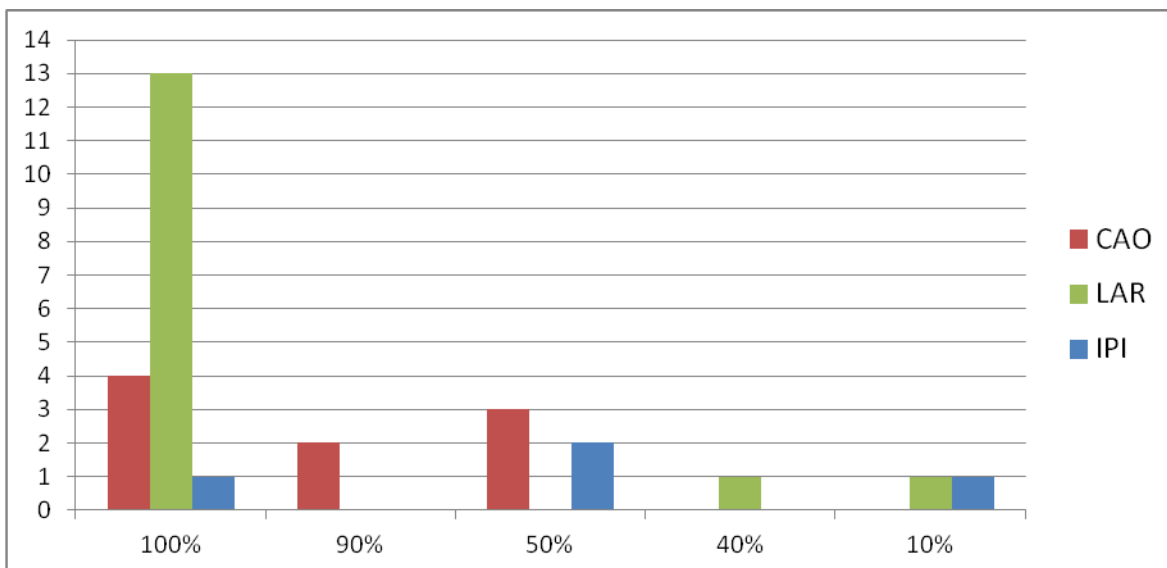


Gráfico N.º 2 - Afetação de colaboradores por resposta social

CAPITULO III – ATIVIDADE

1. INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA

1.1 Enquadramento

O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), criado pelo DL n.º281/2009, de 06 de Outubro, prevê a criação de Equipas Locais de Intervenção (ELI) através da atuação coordenada pelos Ministérios do Trabalho e Solidariedade Social, da Saúde, e da Educação. A AFPAD integra a ELI de Vila Nova de Famalicão, em articulação com os profissionais de Educação do Agrupamento de referência para a Intervenção Precoce (Bernardino Machado) e da Saúde (CHMA e Centro de Saúde), assegurando desta forma a resposta social de Intervenção Precoce na Infância (IPI) às crianças e famílias deste concelho.

A Intervenção Precoce na Infância (IPI) é “...um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na família e na criança...”. “...abrange crianças entre os 0 e os 6 anos de idade com alterações nas funções estruturais do corpo, que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias”.

Ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social compete, nomeadamente, promover a cooperação ativa com as IPSS e instituições equiparadas, de modo a celebrar acordo de cooperação para efeitos de contratação de profissionais de serviço social, terapeutas e psicólogos para integrarem as Equipas Locais de Intervenção (ELI).

Legislação aplicável:

Decreto-lei n.º281/2009, publicado no Diário da República, 1 Série – N.º 193 de 06 de Outubro de 2009,

Portaria n.º 293/2013 de 26 de setembro, publicado no Diário da República, 1 Série – N.º 186 de 26 de setembro de 2013.

1.2 Crianças Sem Apoio

À data de 31 de Dezembro de 2017 esta resposta social apresentava 30 crianças identificadas e fora da lista de crianças apoiadas.

1.3 Frequência de Crianças

A AFPAD tem acordo de cooperação com a segurança social (acordo atípico) para a resposta social de Intervenção Precoce (IPI – ELI 4 – Vila Nova de Famalicão) de 40 utentes.

Em 2016 a frequência média mensal foi de 108 crianças e em 2017 foi de 109 crianças.

2. CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS

2.1 Enquadramento

O Centro de Atividades Ocupacionais é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave.

Este serviço é destinado a pessoas com deficiência grave, com idade igual ou superior a 16 anos, cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma atividade produtiva; cuja situação não se enquadre no âmbito do regime de emprego protegido, nos termos da respetiva legislação e careçam de apoios específicos.

Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 18/89, publicado no Diário da República, 1 Série - n.º 9 - de 11 de Janeiro de 1989.

Despacho n.º 52/SESS/90, publicado no Diário da República, 2 Série - N.º 162 - de 16 de Julho de 1990.

2.2 Lista de candidatos

À data de 31 de Dezembro de 2017 a resposta social do Centro de Atividades Ocupacionais apresentava 15 candidatos inscritos na lista de candidatos.

2.3 Frequência dos Clientes

A AFPAD tem acordo de cooperação com a segurança social (acordo típico) para a resposta social de Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) de 20 utentes.

Em 2016 e 2017 a frequência média mensal foi de 20 utentes.

3. LAR RESIDENCIAL

3.1 Enquadramento

O Lar Residencial é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

Esta resposta social destina-se a pessoas com deficiência com idade igual ou superior a 16 anos; ou para pessoas com deficiência, com idades inferiores a 16 anos cuja situação sociofamiliar o aconselhe e se tenham esgotado as possibilidades de encaminhamento para outras respostas sociais mais adequadas

Legislação aplicável:

Despacho normativo n.º 28/2006, publicado no Diário da República, 1 Série B- N.º 85 - de 03 de maio de 2006 e portaria n.º 59/2015 de 2 de março, publicado no Diário da República, 1 Série - n.º 42 - de 02 de março de 2015.

3.2 Lista de candidatos

À data de 31 de Dezembro de 2017 a resposta social de Lar residencial apresentava 14 candidatos inscritos na lista de candidatos.

3.2 Frequência dos Clientes

A AFPAD tem acordo de cooperação com a segurança social (acordo típico) para a resposta social de Lar Residencial de 12 utentes.

Em 2016 e 2017 a frequência média mensal foi de 12 utentes.

4. SERVIÇOS E TERAPIAS COMPLEMENTARES

4.1 Gabinete Social de Terapias

Atendendo a todo o historial da associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência neste domínio e tendo em conta o “know – how” adquirido, torna-se assim possível a instalação do “Serviços e Terapias Complementares” aberto a todos aqueles que precisam de recorrer a estes serviços.

Estes serviços destinam-se a crianças e jovens portadores de deficiência e incapacidades, e que não se enquadram nos objetivos das outras respostas sociais, para o qual não existe acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social.

Este serviço tem o objetivo de responder às necessidades de pais e encarregados de educação de crianças e jovens com necessidade de algum dos serviços, nas modalidades indicadas:

Em 2017 usufruíram deste serviço 5 clientes/famílias.

5. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

Nos dias 18 e 19 de setembro de 2017, foi efetuada pela APQ – Agência Portuguesa da Qualidade a auditoria externa, para a avaliação e certificação da qualidade pelo referencial EQUASS – Assurance Nivel I.

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência (AFPAD) obteve a renovação do certificado da qualidade dos seus serviços, nas respostas sociais de Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial com validade de 09 de outubro de 2017 a 09 de outubro de 2019.

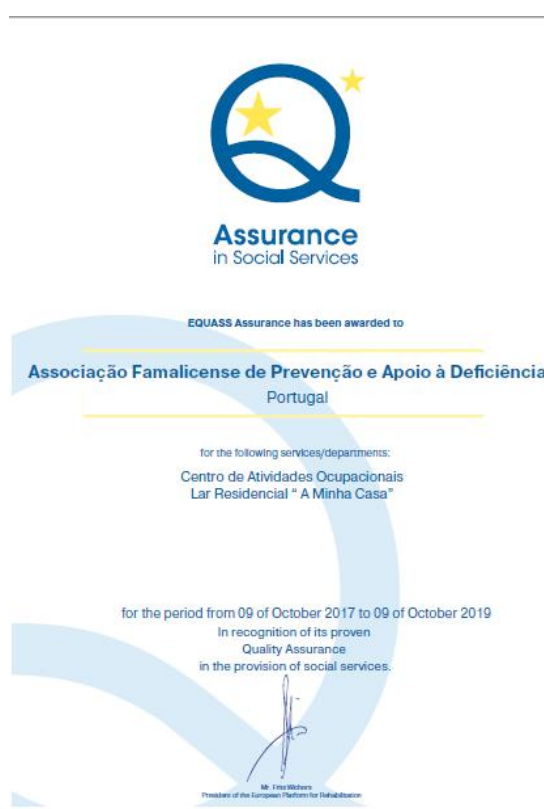


Fig. 2– Certificado da Qualidade

CAPITULO IV- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. BASES PARA APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Decreto-Lei n.º 36-A/2011, publicado no Diário da República n.º 48, 1 Série, de 9 de Março de 2011, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, publicado no Diário da República I Série n.º 106 de 02 de junho de 2015, (que revoga o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, publicado no Diário da República, I Série N.º 48 de 9 de março de 2011) que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC – ESNL), e pelo aviso n.º 8259/2015 publicado no Diário da República n.º 146, 2 Série, de 29 de Julho de 20115 que substitui o aviso n.º 6726-B/2011 publicado no Diário da República n.º 51, 2 Série, de 14 de Março de 2011, que visa estabelecer os principais aspetos de reconhecimento e mensuração, com as adaptações inerentes a este tipo de entidades (ESNL).

A Normalização Contabilística para as ESNL corresponde à criação de regras contabilísticas próprias, aplicáveis especificamente às entidades que prossigam a título principal uma atividade sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro.

As entidades sujeitas à normalização contabilística para as ESNL apresentam as seguintes demonstrações financeiras:

Balanço;

Demonstração dos resultados por naturezas ou por funções;

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo.

As demonstrações financeiras também mostram os resultados da condução por parte do órgão de gestão e dos recursos a ele confiados.

1.1 Características das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras devem apresentar apropriadamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma entidade. A apresentação apropriada exige a representação fidedigna dos efeitos das transações, outros acontecimentos e condições de acordo com as definições e critérios de reconhecimento estabelecidos pela Norma Contabilística de Relato Financeiro das Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Uma apresentação apropriada exige que uma entidade:

Selecione e adote políticas contabilísticas de acordo com a NCRF-ESNL;

Apresente informação, incluindo políticas contabilísticas, de uma forma que proporcione informação relevante, fiável, comparável e compreensível;

Proporcione divulgações adicionais quando o cumprimento dos requisitos específicos contidos na NCRF-ESNL possa ser insuficiente para permitir a sua compreensão pelos interessados.

1.2 Continuidade

Aquando da preparação de demonstrações financeiras, o órgão de gestão deve fazer uma avaliação da capacidade da entidade prosseguir como em entidade em continuidade. As demonstrações financeiras devem ser preparadas no pressuposto da entidade em continuidade, a menos que existam circunstâncias anormais em que se deva considerar um horizonte temporal para a entidade, caso em que no anexo se indica tal facto, assim como os critérios utilizados na elaboração da informação financeira.

No entanto, nas ESNL, este princípio não corresponde a um conceito económico ou financeiro puro, mas antes a manutenção da atividade de prestação de serviços da entidade cumprir os fins propostos.

Ao avaliar se o pressuposto da entidade em continuidade é apropriado, o órgão de gestão deve tomar em consideração toda a informação disponível sobre o futuro, que é pelo menos de 12 meses a partir da data do balanço.

O órgão de gestão deve divulgar as incertezas materiais relacionadas com acontecimentos ou condições que possam lançar dúvidas significativas acerca da capacidade da entidade em prosseguir em continuidade.

1.3 Regime de Acréscimo (periodização económica)

Uma entidade deve preparar as suas demonstrações financeiras, exceto para informação de fluxos de caixa, utilizando o regime contabilístico de acréscimo (periodização económica).

Ao ser usado o regime contabilístico de acréscimo (periodização económica), os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos (os elementos das demonstrações financeiras) quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos.

1.4 Consistência de Apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras deve ser mantida de um período para outro, a menos que seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações da entidade ou uma revisão das respetivas demonstrações financeiras, que outra

apresentação ou classificação seria mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL.

Uma entidade altera a apresentação das suas demonstrações financeiras apenas se a apresentação alterada proporcionar informação fiável e mais relevante para os utilizadores das demonstrações financeiras e se for provável que a estrutura revista continue, de modo que a comparabilidade não seja prejudicada. Ao efetuar tais alterações na apresentação, uma entidade reclassifica a sua informação comparativa.

1.5 Materialidade e Agregação

Cada classe material de itens semelhantes deve ser apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante devem ser apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais. Consideram-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materiais se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou erro, ajuizados nas circunstâncias que a rodeiam.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de fluxos de caixa ou anexo.

1.6 Informação Comparativa

Regra geral, a informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa deve ser incluída para a informação descritiva, quando for relevante para compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

A Tabela seguinte apresenta os gastos e os rendimentos e respetivos resultados no período de 2017 e 2016.

Demonstração dos Resultados por Naturezas				
Rendimentos e Gastos	2017	2016	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	81.840,10 €	76.218,00 €	6,81 %	5.192,10 €
Subsídios, doações legados á exploração	334.408,48 €	327.736,00 €	2,03 %	6.672,48 €
Variação nos inventários da produção	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Trabalho para a própria entidade	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Custo Mercadoria Vendida e Matéria	-30.047,17 €	-27.912,29 €	7,65 %	2.134,88 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-58.314,22 €	-48.781,76 €	19,54 %	9.532,46 €
Gastos com Pessoal	-337.991,13 €	-319.340,35 €	2,59 %	8.267,48 €
Ajustamentos de Inventário	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Imparidades de dívidas a receber	-460,00 €	-2.646,00 €	-82,61 %	-2.186,00 €
Provisões (aumentos/reduções)	0,00 €	0,00 €		€
Provisões Específicas	0,00 €	0,00 €		€
Outras Imparidades	0,00 €	0,00 €		€
Aumentos/Reduções de Justo Valor	0,00 €	0,00 €		€
Outros Rendimentos e Ganhos	21.769,88 €	16.972,29 €	28,27 %	4.797,59 €
Outros Gastos e Perdas	-2.011,64 €	-1.222,67 €	64,53 %	788,97 €
Resultado antes de Depreciações	9 194,30 €	21 023,22 €	56,26 %	-11.828,92 €
Gastos/Reversões de Depreciação	-20.674,56 €	-13.549,34 €	52,58 %	7.125,22 €
Resultado Operacional	-11.480,26 €	7.473,88 €	53,60 %	4.006,38 €
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	117,97 €	59,85 €	97,11 %	58,12 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-1.212,02 €	-846,47 €	42,00 %	355,55 €
Resultado Antes de impostos	-12.574,31 €	6 687,26 €	288,00 %	19.261,57 €
Imposto sobre Rendimento do Período	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Resultado Líquido do Período	-12 574,31 €	6 687,26 €	288,00 %	19.261,57 €

Tabela 1 – Demonstração dos resultados por natureza

A rubrica das vendas e serviços prestados refere-se às vendas de produtos artesanais, das participações efetuadas pelos clientes do Centro de Atividades Ocupacionais, do Lar Residencial, dos Serviços e Terapias Complementares e das cotas de associados. Esta rubrica representa 18,67 % do total dos rendimentos.

Desagregando as duas contas, as vendas mantiveram-se inalteradas no seu valor (1.193,50 € em 2016 e 1.188,10 € em 2017) sendo a diferença de apenas 5,40 €.

As vendas representam 0,27 % do total de rendimentos.

As participações de clientes aumentaram em cerca de 7,48 % (73.920,50 € para 79.452,00 €) e o valor das cotas recebidas aumentaram 8,70 % (1.104,00 € para 1.200,00 €). O aumento deve-se essencialmente à atualização das participações dos clientes de CAO e de Lar Residencial e ao facto de não ter existido imparidade de clientes.

As participações de clientes representam 18,13 % do total de rendimentos e as quotas de associados representam 0,27 % do total de rendimentos.

A rubrica de subsídios, doações legados à exploração representam as transferências efetuadas pelo Instituto de Solidariedade e Segurança Social de Braga para cada resposta social e do Município de Vila Nova de Famalicão. Esta rubrica apresenta um aumento de 2.03 % em relação ao ano anterior e que se deve ao facto do aumento dos acordos de cooperação com a segurança social. Esta rubrica representa cerca de 76,32 % do total dos rendimentos.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos é onde estão evidenciados os donativos monetários e em géneros e outros rendimentos suplementares como é o caso do produto das rifas de Natal e a imputação de subsídios ao investimento.

Os donativos monetários diminuíram em cerca de 128,59 % (7.429,41 € para 3.250,00 €), em sentido contrário aumentou os subsídios em género (25,00 € para 1.35,37 €). De referir ainda nesta rubrica a imputação do valor de 4.500,00 € do projeto "Differences" do programa Erasmus +, e o aumento de valor da imputação do subsidio ao investimento que no ano de 2016 foi efetuado com referencia a seis meses e em 2017 aos doze meses do ano, pelo que o seu aumento foi de 100,00% (4.990,50 € para 9.981,00 €).

Outros rendimentos e ganhos representam 4,97 % do total dos rendimentos.

A rubrica de custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas referem-se aos produtos e géneros alimentares consumidos no Centro de Atividades Ocupacionais e no Lar Residencial e representa cerca de 6,66 % do total dos gastos.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos, que engloba os consumos de água, energia, eletricidade, combustíveis, gás, material de escritório, comunicações móveis e fixas, reparações e conservação, renda e alugueres, honorários, serviços especializados, seguros, e outros fornecimentos.

Esta rubrica apresenta um aumento de 19,54 % em relação ao ano anterior (2016).

Este aumento justifica-se principalmente pelo aumento dos serviços especializados (certificação da qualidade e outros) e pela conservação e reparação.

Esta rubrica representa 12,94 % dos gastos totais.

A rubrica de gastos com o pessoal apresenta um ligeiro aumento em cerca de 5,84 % em relação ao ano transato que se justifica pela atualização do salario mínimo nacional (SMN) e da taxa social única (encargos patronais) e indemnizações.

Esta rubrica representa 74,99 % dos gastos totais.

A rubrica de gastos de depreciações e amortizações apresentam um aumento devido essencialmente às reintegrações e amortizações das viaturas compradas no ano anterior.

Esta rubrica representa 4,58 % do total dos gastos.

O aumento da rubrica de outros gastos e perdas refere-se principalmente às correções relativas a anos anteriores, pelo acerto de contas que se efetuou relativamente a alguns clientes do Lar Residencial. Acresce também os custos com apoios financeiros a clientes, através da modalidade de Atividades socialmente uteis (ASUS).

Esta rubrica representa 0,44 % do total dos gastos.

A rubrica de gastos e perdas de financiamento refere-se essencialmente aos gastos com os juros do empréstimo obtido.

Esta rubrica representa cerca de 0,27 % dos gastos totais.

De acordo com a demonstração dos resultados por naturezas o resultado líquido apurado no ano de 2017 corresponde a um resultado líquido negativo no valor de **-12.574,31 €**.

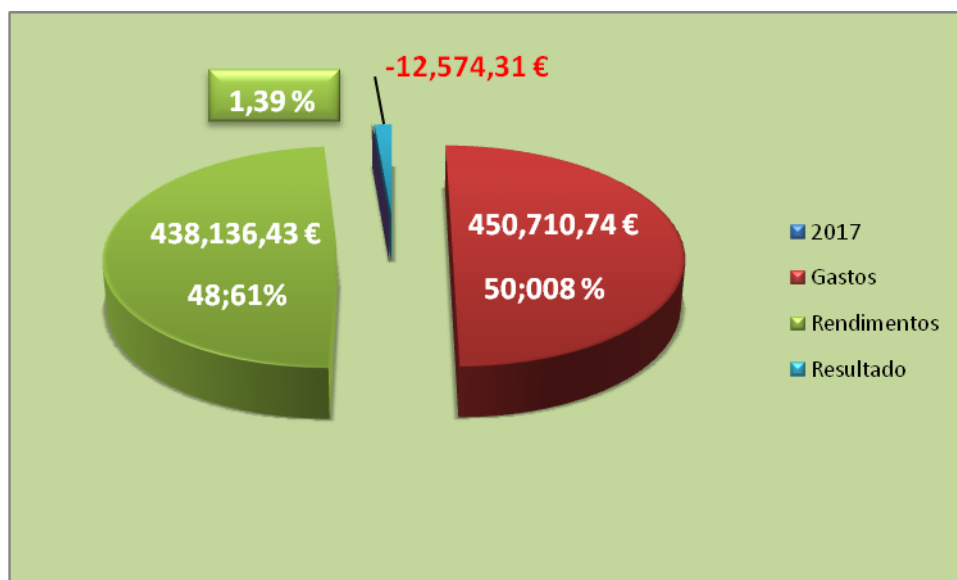


Fig. 3 – Resultado Líquido 2017

3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Na tabela seguinte apresentamos a demonstração dos fluxos de caixa à data do período findo em 31 de Dezembro do ano de 2017 e 2016.

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		78 390,70 €	73 141,53 €
Pagamento de Fornecedores		-60 548,68 €	-113 265,09 €
Pagamentos ao Pessoal		-208 666,59 €	-214 959,80 €
Caixa gerada pelas operações		-190 824,57 €	-255 083,36 €
Pagamento/Recebimento imposto sobre rendimento		-22 410,00 €	0,00 €
Outros Recebimentos / Pagamento	13.1	298 857,09 €	213 043,53 €
Fluxo caixa das atividades operacionais (1)		85.622,52 €	-42 039,83 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a			
Ativos fixos tangíveis		0,00 €	-784,74 €
Recebimentos provenientes de			
Ativos fixos tangíveis		0,00 €	1 150,00 €
Subsidio ao Investimento		0,00 €	39 924,00 €
Juros e rendimentos similares		114,99 €	59,85 €
Fluxo de caixa das atividades investimento (2)		114,99 €	40 349,11 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos Obtidos		0,00 €	31 500,00 €
Outras operações de financiamento	8.1	775,18 €	
Pagamentos Respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos	10.1	-5 904,58 €	-4 469,58 €
Juros e Gastos Similares		-1 212,02 €	-846,47 €
Fluxo de Caixa da Atividades de Financiamento (3)		-6 341,95 €	26 183,95 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		79 396,09 €	24 493,23 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		49 757,31 €	25 264,08 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		129 153,40 €	49 757,31 €

Tabela 2 – Demonstração dos fluxos de caixa

4. BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Valores em euros

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ATIVO			
Ativo não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	4	108 233,41 €	128 245,99 €
Bens do Património Histórico e Cultural			
Propriedades de Investimento			
Ativos Intangíveis		0,00 €	0,00 €
Investimentos Financeiros		545,19 €	221,84€
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros			
		108 778,60 €	128 467,83 €
Ativo Corrente			
Inventários	7	206,78 €	154,97€
Créditos a receber		8 858,52 €	7 470,27€
Estado e Outros Entes Públicos		614,65 €	2 155,00€
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		960,00 €	720,00€
Diferimentos	12.5	635,95 €	1 169,60€
Outros ativos correntes	12.4	3 268,52 €	3 666,72 €
Caixa e Depósitos Bancários	12.2	129 153,40 €	49 757,31€
		143 697,82 €	65 093,87€
Total do Ativo		252 476,42 €	193 561,70 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		80.013.98€	80 013,98€
Excedentes Técnicos			
Reservas			
Resultados Transitados		-22 829,19€	-29 516,45€
Excedentes de Revalorização			
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais		24 952,50 €	34 933,50 €
		82 137,29 €	85 431,03 €
Resultado Líquido do Período		-12 574,31 €	6 687,26 €
Total do Fundo de Capital		69 562,98 €	92 118,29 €
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões		0,00€	0,00€
Provisões Específicas			
Financiamentos Obtidos			
Outras Contas a Pagar			
		0,00€	0,00€
Passivo Corrente			
Fornecedores		5 980,95€	8 959,99€
Adiantamentos de Clientes			
Estado e outros Entes Públicos	12.3	14 589,50 €	14 564,04 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros			
Financiamentos Obtidos	10.1	23 203,93 €	29 108,51€
Diferimentos			
Outras Contas a Pagar	12.4	139 139,06€	48 810,87€
Outros Passivos Financeiros			
		182 913,44 €	101 443,41 €
Total do Passivo		182 913,44 €	101 443,41 €
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		252 476,42 €	193 561,70 €

Tabela 3 – Balanço 2017

A análise do balanço está reportada no anexo em Rácios, nos pontos 14.1; 14.2 e 14.3.

CAPITULO V - ANEXO

Nos termos da Portaria nº 220/2015, publicado no Diário da República, I Série – N.º 143 de 24 de julho de 2015, (que revoga a Portaria nº 105/2011, de 14 de março de 2011) as divulgações exigidas, na sequência dos procedimentos contidos na Norma Contabilística de Relato Financeiro a efetuar pelas Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) relativamente ao anexo, são as que correspondem ao referido no anexo 16 da mencionada portaria nº 220/2015, de 24 de Julho de 2015.

Assim, cada entidade deverá criar a sua própria sequência numérica, em conformidade com as divulgações que deve efetuar.

1. Identificação da entidade:

1.1 Denominação da entidade:

Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência (AFPAD).

Número de identificação de pessoa coletiva: 502 914 432

1.2 Lugar da sede social:

RUA ANTÓNIO SÉRGIO, 103

4760-298 VILA NOVA DE FAMALICÃO

1.3 Natureza da atividade:

Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, com alojamento. – CAE 87302

2. Referencial contabilístico preparação das demonstrações financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico (NCRF-ESNL) e outros normativos

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, publicado no Diário da República, I Série n.º 106 de 02 de junho de 2015, (que revoga o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, publicado no Diário da República, I Série N.º 48 de 9 de março de 2011) e que inclui:

- a) Balanço.
- b) Demonstração de Resultados por Natureza.
- c) Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- d) Anexo.

A base para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF) é composto pelos seguintes instrumentos:

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, publicado no Diário da República N.º 143, de 24 de julho de 20115, (que revoga a portaria n.º 105/2011, publicado no Diário da República N.º 51 de 14 de março de 2011), devendo o respetivo Anexo corresponder ao Anexo nº 16 da mesma Portaria (Portaria nº 220/2015);
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, publicado no Diário da República, I Série N.º 142, de 23 de julho de 2015 (que revoga a Portaria n.º 106/2011, publicado no Diário da República, I Série N.º 51 de 14 de março de 2011);
- Normas Contabilísticas de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL); Aviso n.º 6726-B/2011, publicado no Diário da República, N.º 51 de 14 de março de 2011; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência na elaboração das Demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1. Principais políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras foram preparadas, a partir dos registos contabilísticos da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL) e as bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Continuidade

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a AFPAD continuará a operar no futuro, prevendo-se a manutenção da atividade de prestação de serviços e a capacidade de cumprir com os fins propostos, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

b) Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento, sendo apresentados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam ou dizem respeito, de acordo com o regime de acréscimo.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Outras contas a receber e a pagar – devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

c) Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza das operações que, nesse caso, serão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.

Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

d) Materialidade e agregação

Cada classe material de itens dissemelhantes é apresentada separadamente nas Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

e) Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos, dos rendimentos e gastos, serem relatados separadamente, estes não foram compensados.

f) Informação comparativa

As Demonstrações Financeiras de 2017 permitem a comparação de todas as quantias relatadas com respeito ao período anterior (2016).

3.2 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras relativas ao ano de 2017 foram elaboradas no pressuposto da continuidade da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência e de duração por tempo indeterminado, pelo que se prevê a sua continuidade no curto prazo ou futuro próximo.

3.3 Principais fontes de incertezas das estimativas

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras não foram tidos outros pressupostos que não o da continuidade.

Não estando assim identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados, salvaguardando-se a possibilidade de acontecimentos imprevisíveis e/ou extraordinários e totalmente alheios à vontade da Associação famalicense de Prevenção e Apoio á Deficiência (AFPAD).

4. Ativos fixos tangíveis

4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

- a) Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.
- b) Os gastos subsequentes que a AFPAD tem com a manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.
- c) As depreciações foram calculadas pelo método das quotas constantes em duodécimos, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, e em conformidade com as percentagens divulgadas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro de acordo com o código e divisão do elemento do ativo depreciável ou amortizável, de acordo com a tabela abaixo mencionada.

Descrição	Ano	Valor	Taxa	Valor Deprec.	Acumulado	Valor Líq.
Terreno	1997	10 599,46 €				10 599,46 €
Edifícios	1997	31 798,36 €	02,00 %	635,97 €	10 811,49 €	20 986,87 €
Edifícios	2001	147 632,79 €	02,00 %	2 952,65 €	112 200,89 €	35 431,90 €
Edifícios	2001	16 776,24€	10,00%	0,00 €	16 776,24€	0,00 €
Edifícios	2001	26 475,29 €		0,00 €	26 475,29 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2008	886,67 €	16,66 %	0,00 €	886,67 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2009	799,19 €	16,66 %	0,00 €	799,19 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2009	402,57 €	20,00 %	0,00 €	402,57 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2010	1 440,12 €	15,00 %	0,00 €	1 440,12 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2011	263,99 €	20,00 %	0,00 €	263,99 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	Vários	43 345,30 €		0,00 €	43 345,30 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2014	785,00 €	16,66 %	130,83 €	479,71 €	305,29 €
Equipamento Básico	2009	11 386,29 €	16,66 %	0,00 €	11 386,29 €	0,00 €
Equipamento Básico	Vários	32 442,13 €		0,00 €	32 442,13 €	0,00 €
Equipamento Básico	2013	1 660,50 €	16,66 %	276,75 €	1 153,12 €	507,38 €
Equipamento Básico	2013	1 050,00 €	16,66%	175,00 €	700,00 €	350,00 €
Equipamento Transporte	1997	14 963,94 €		0,00 €	14 963,94 €	0,00 €
Equipamento Transporte	2016	62 730,00 €		15 682,50 €	23 523,66 €	39 206,34 €
Outros Ativo Fixos Tangíveis	2014	535,05 €	12,50 %	66,88 €	256,34 €	278,71 €
Outros Ativo Fixos Tangíveis	2014	920,06 €	10,00 %	92,00 €	352,60 €	567,46 €
Equipamento Administrativo	2017	399,00 €	100,00 %	399,00 €	399,00 €	0,00 €
Equipamento Básico	2017	262,98 €	100,00 %	262,98 €	262,98 €	0,00 €
TOTAIS		407 554,93 €		20 674,56 €	299 321,52 €	108 233,41 €

Tabela 1 – Ativos fixos tangíveis

5. Ativos intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada no começo e fim do período; que mostre separadamente as adições, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações, à data de 31 de Dezembro de 2017 encontram-se na tabela seguinte.

Descrição	Ano	Valor	Taxa	Valor Deprec.	Acumulado	Valor Liq.
Programas informáticos	2011	734,31 €	33,33 %	0,00 €	734,31 €	0,00 €
Programas informáticos	2007	940,00 €	33,33 %	0,00 €	940,00 €	0,00 €
TOTAIS		1.674,31 €		0,00 €	1.674,31 €	0,00 €

Tabela 2 – Ativos intangíveis

6. Custos de empréstimos obtidos

Para aquisição das duas viaturas adaptadas, foi contraído novo empréstimo bancário no valor de 31.500,00 euros, através do Novo Banco. Este empréstimo teve o seu início em julho de 2016 e termina em julho de 2021, ou seja será pago em 60 prestações mensais.

Os juros suportados com este empréstimo à data de 31 de Dezembro de 2017 ascenderam no valor de 1.071,41 euros.

7. Inventários

O método utilizado na contabilização do inventário é o “inventário intermitente”.

Os inventários encontram-se registados ao custo de aquisição, à data de 31 de Dezembro de 2017.

A mensuração das existências finais é apurada no final do período com base na contagem física dos bens, utilizando-se a fórmula do apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas.

CMVMC = Existência Inicial + Compras +/- Regularizações - Existência Final

A quantia de inventários escriturada pelo custo corrente, à data de 31 de Dezembro de 2017 e à data de 31 de Dezembro de 2016, encontram-se no quadro seguinte.

O Inventário refere-se só a géneros alimentares, quer da Sede quer do Lar Residencial.

Descrição	2017	2016
Saldo Inicial	154,97€	105,71€
Compras	30.098,98€	27.961,55€
Regularizações	0,00 €	0,00 €
Saldo Final	-206,78€	-154,97€
Custo Mercadorias Vendidas e Mat. Consumidas	30.047,17€	27.912,29€

Tabela 3 – Inventários

À data de 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a conta mercadorias apresentava o seguinte saldo.

Descrição	Valor 2017	Valor 2016
Géneros alimentares – Centro Atividades Ocupacionais	174,55 €	136,34 €
Géneros alimentares – Lar Residencial	32.23€	18.63€
Total	206,78 €	154,97

Tabela 4 – Conta de mercadorias

8. Rendimentos e gastos

8.1 Rédito

O rédito reconhecido em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, conforme a tabela seguinte:

Rubricas	2017	2016
Vendas	1.188,10€	1.193,50 €
Prestação de Serviços	80.652,00€	75.024,50 €
Outros Rendimentos e ganhos	21.769,88€	16.972,29 €
Total	103.609,98 €	93.190,29 €

Tabela 5 – Vendas e prestações de serviços e outros rendimentos

Vendas – Esta rubrica diz respeito às vendas de trabalhos manuais efetuados pelos clientes do Centro de Atividades Ocupacionais e do Lar Residencial;

Prestação de serviços – Esta rubrica diz respeito às participações dos clientes do Lar Residencial, do Centro de Atividades Ocupacionais, dos Serviços Complementares e Quotizações de Associados.

Outros rendimentos e ganhos – De acordo com a tabela seguinte:

Designação	2017	2016
Rifas	270,00 €	312,50 €
Tombola	0,00 €	379,00 €
Alienações (Viatura Mercedes)	0,00 €	900,00 €
Recuperação de dívidas (Clientes)	154,00 €	188,00 €
INR	775,18 €	0,00 €
Consignação 0,5 % IRS	1.804,33 €	2.500,00 €
Erasmus +	4.500,00 €	0,00 €
Donativos monetários e géneros	4.285,37 €	7.429,49 €
Imputação Subsidio Investimento	9.981,00 €	4.990,50 €
Total	21.769,88 €	16.699,49 €

Tabela 6 – Outros rendimentos e ganhos

A designação de INR refere-se ao Instituto Nacional de Reabilitação. A AFPAD apresentou uma candidatura a este projeto, para o desenvolvimento de uma colónia de férias (praia) para os clientes de Lar Residencial e do Centro de Atividades Ocupacionais e foi o valor atribuído pelo INR para a concretização desta atividade, no âmbito do projeto cofinanciado pelo programa de financiamentos a projetos pelo INR.

Os donativos monetários e géneros (4.285,37 €) no ano de 2017 dividem-se da seguinte forma:

Donativos em géneros – 1.035,37 €,

Injunções do ministério público (Tribunal) a cidadãos por infrações legais, o valor de 1.650,00 €

Diversos donativos monetários atingiram o valor de 1.600,00 €

A imputação subsídios ao investimento refere-se à imputação do subsídio recebido no ano anterior do Fundo de Socorro Social para o financiamento da compra de duas viaturas de transporte adaptado.

8.2 Gastos

Outros gastos e perdas à data de 31 de dezembro de 2017.

Designação	2017
Correções relativas a períodos anteriores	1.566,61 €
Apoio financeiro concedido a clientes (ASUS)	368,00 €
Total	1.934,61 €

Tabela 7 – Gastos

As correções relativas a períodos anteriores, referem-se a acertos de mensalidades dos clientes de Lar Residencial e ao deferimento da consignação de 0,5 % do IRS.

9. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência à data de 31 de Dezembro de 2017 e 2016 apresentava os seguintes saldos na conta de subsídios e apoio do Governo.

Descrição	2017	2016
ISS – Centro Atividades Ocupacionais (CAO)	122.282,40 €	119.767,20 €
ISS – Intervenção Precoce na Infância (IPI)	57.417,60 €	56.236,80 €
ISS – Lar Residencial “ A Minha Casa”	144.708,48 €	141.732,00 €
Instituto Emprego Formação Profissional (IEFP)	0,00 €	47,10 €
Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão	10.000,00 €	10.000,00 €
Totais	334.408,48 €	327.783,10 €

Tabela 8 – Subsídios do estado

10. Instrumentos financeiros

10.1 Dívidas a instituições de crédito

Em julho de 2016 foi contraído um empréstimo bancário no valor de 31.500,00 euros, através da instituição bancária Novo Banco.

No ano de 2017 foi liquidado o valor de 5.904,58 euros, e em 2016 o valor de 2.391,49 euros ficando em dívida o valor de 23.203,93 euros à data de 31 de Dezembro de 2017.

11. Benefícios dos empregados

Os gastos que a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência incorreu com os empregados em 2017 e 2016 foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações do Pessoal	269.910,28 €	259.032,87 €
Encargos Sobre Remunerações	60.243,50 €	56.835,37 €
Seguros de Acidente Trabalho	3.163,33 €	2.400,11 €
Formação Profissional	310,00 €	792,00 €
Outros Gastos com Pessoal	4.364,02 €	280,00 €
Totais	337.991,13 €	319.340,35 €

Tabela 9 – Gastos com pessoal em 2017 e 2016

O número médio dos recursos humanos pertencentes ao quadro de pessoal em 2017 e 2016 foi de 24 e 23 colaboradores respetivamente pertencentes ao quadro de pessoal.

12. Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Diversos

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora nem à Segurança Social, pelo que tem perante estas entidades a sua situação regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12.2 Depósitos bancários

Os Depósitos à Ordem em 2017 e 2016 apresentavam os seguintes saldos.

Descrição	2017	2016
MG - Banco Montepio Geral	29.643,32 €	981,23 €
NB - Novo Banco	2.401,20 €	38.742,83 €
BPI – Banco BPI	50.615,00 €	0,00 €
Total	82.659,52 €	39.724,06 €

Tabela 10 – Saldo depósitos bancários em 2016 e 2017

Outros depósitos bancários

Os Depósitos a prazo em 2017 e 2016 apresentavam os seguintes saldos.

Descrição	2017	2016
NB - Novo Banco	46.377,59 €	0,00 €
Total	46.377,59 €	0.00€

Tabela 11 – Saldo depósitos bancários em 2016 e 2017

Nesta conta (outros depósitos bancários) estão 10.000,00 euros a prazo e 36.377,59 euros na conta de transição de excedentes de acordo com o protocolo de conta com o Banco (Novo Banco).

12.3 Estado e outros entes públicos

À data de 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a conta de estado e outros entes públicos apresentava os seguintes saldos.

Descrição	2017	2016
Retenção Impostos (IRS)	2.894,00 €	2.768,00 €
Contribuições Segurança Social	11.673,22 €	11.772,49 €
Fundo de Compensação	22,28 €	23,55 €
Total	14.589,50 €	14.564,04 €

Tabela 12 – Saldo da conta de dívidas ao estado

12.4 Outras contas a receber e pagar

À data de 31 de dezembro de 2017 as contas de balanço, outras contas a receber e a pagar apresentavam os saldos de acordo com a tabela seguinte.

Descrição	Valor a receber	Valor a pagar
Ministério Finanças – Consignação 0,5% IRS	1.804,33 €	
Valor de Rifas Natal	270,00 €	
Donativos Monetários	156,00 €	
Clientes Lar Residencial	537,91 €	
Vendas de trabalhos manuais	497,30 €	
Juros	2,98 €	
Remunerações a Liquidar (Férias e Subsidio Férias)		44.412,02 €
Honorários		75,00 €
Acolhimento de clientes		600,00 €
Géneros Alimentares		2.817,43 €
Eletricidade – CAO e LAR		375,57 €
Comunicações (Vodafone)		397,95 €
Gás		182,03 €
Material de escritório		25,45 €
Serviços Municipais - Água		173,40 €
Clientes de ASUS		400,00 €
BPI - Capacitar		50.000,00 €
Erasmus +		24.397,60 €
A.P.D.A.S.C.		1.200,00 €
Salários de Dezembro pagos em janeiro		14.082,61 €
Total	3.268,52 €	139.139,06 €

Tabela 13 – Outras contas a receber e a pagar

Na descrição do BPI Capacitar o valor de 50.000,00 euros, foi recebido no final do mês de Dezembro e refere-se à candidatura que a AFPAD apresentou em junho de 2017 aos projetos e programas do BPI Capacitar.

Na descrição do Erasmus + o valor apresentado refere-se ao acordo de subvenção para um projeto com múltiplos beneficiários ao abrigo do programa Erasmus +. Ou seja, este projeto envolve três entidades incluindo a AFPAD. O projeto decorre durante 15 meses e teve início em junho de 2017. O valor total a atribuir são 36.122,00 euros. Em 2017 a AFPAD já considerou 4.500,00 euros de abatimento ao valor recebido em 2017 (28.897,60 €).

12.5 Diferimentos

À data de 31 de dezembro de 2017 e 2016 a conta de diferimentos apresentava os seguintes saldos, relativamente a gastos a reconhecer.

Descrição	2017	2016
Serviços controlo de pragas	0,00 €	82,00 €
Material de escritório	0,00 €	41,52 €
Seguros	408,19 €	556,73 €
Produtos de limpeza	0,00 €	313,43 €
Rendas de equipamento	56,57 €	55,35 €
Contrato manutenção	171,19 €	170,00 €
Despesas bancárias	0,00 €	264,00 €
Total	635,95 €	1.483,03 €

Tabela 14 – Saldo da conta de diferimentos

12.6 Fornecimentos e serviços externos

Os trabalhos especializados incluem o valor de 3.075,00 euros que se pagou à Agencia Portuguesa Qualidade (APQ) pela auditoria para a obtenção do certificado da qualidade pelo referencial EQUASS – Assurance nível I.

A conservação e reparação incluem os valores que foram gastos com a remodelação de uma casa de banho do Lar Residencial, pinturas de paredes dos quartos do Lar e paredes dos corredores e salas da sede.

As deslocações e Estadas têm incluído os valores pagos pelo acolhimento de utentes do Lar Residencial, (nos períodos de encerramento) em outras instituições de acolhimento.

À data de 31 de dezembro de 2017 e 2016 a conta de fornecimentos e serviços externos apresentava os seguintes saldos.

Descrição	2017	2016
Subcontratos	1.793,00 €	1.400,00 €
Trabalhos Especializados	8.131,89 €	1.988,75 €
Publicidade e Propaganda	0,00 €	123,00 €
Honorários	3.101,21 €	5.639,64 €
Conservação e Reparação	5.599,68 €	2.984,09 €
Ferramentas Utensílios Desg. Rápido	1.001,62 €	420,04 €
Livros e Documentação Técnica	0,00 €	609,72 €
Material de Escritório	1.414,73 €	1.252,79 €
Artigos para Oferta	497,15 €	444,05 €
Material Didático	1.225,88 €	567,01 €
Eletricidade	3.775,33 €	3.918,77 €
Combustíveis	7.609,85 €	7.575,64 €
Água	1.943,76 €	1.924,47 €
Outros Fluídos (Gás)	2.014,81 €	1.993,51 €
Deslocações e Estadas	2.522,89 €	383,00 €
Rendas e Alugueres	7.007,62 €	7.140,62 €
Comunicação (Fixo e Móvel)	2.441,04 €	2.845,09 €
Seguros	1.391,58 €	939,10 €
Contencioso e Notariado	0,00 €	110,70 €
Despesas de Representação	300,00 €	238,83 €
Limpeza Higiene e Conforto	5.987,66 €	5.073,03 €
Encargos Saúde Clientes	124,34 €	219,92 €
Outros Serviços	430,18 €	964,99 €
Total	58.314,22 €	48.756,76 €

Tabela 15 – Fornecimentos e serviços externos

13. Fluxos de caixa

13.1 Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto

No quadro seguinte é apresentado os valores das atividades operacionais que dizem respeito aos recebimentos e pagamentos incluídos na rubrica de outros recebimentos / pagamentos.

Outros Recebimentos	Valor
Instituto Segurança Social (Acordos de Cooperação)	324.408,48 €
Entidades de ASUS	2.645,00 €
Diversos Recebimentos	2.399,35 €
Vendas Trabalhos Manuais (CAO e LAR) e Rifas de Natal	1.003,30 €
Donativos Monetários e Injunções Tribunal	3.104,00 €
BPI Capacitar	50.000,00 €
Erasmus +	28.897,60 €
Município de VNF	10.000,00 €
Consignação 0,5 IRS	1.453,64 €
IVA (50% dos produtos e géneros alimentares)	2.811,88 €
Cotas de associados	960,00 €
(1) Total Recebimentos	427.683,25 €
Outros Pagamentos	Valor
Pagamento Contribuições Segurança Social	90.285,26 €
Pagamento Rendas e Condomínio	4.855,34 €
Pagamento Seguros (Diversos e de Acidentes de Pessoal)	4.382,26 €
Pagamentos de Vendas a Dinheiro (Caixa)	4.306,96 €
Pagamentos de Água, Gás, Eletricidade	7.519,47 €
Pagamento de Telecomunicações (Vodafone e NOS)	2.668,85 €
Pagamento União Distrital Instit. Particulares Solidariedade Social (UDIPSS)	220,00 €
Pagamento aos clientes de ASUS	2.396,00 €
Pagamento Honorários	3.576,29 €
Pagamentos acolhimento de clientes	1.786,44 €
Pagamentos Diversos	6.829,29 €
(2) Total Pagamentos	128.826,16 €
Saldo (1-2)	298.857,09 €

Tabela 16 – Fluxos caixa atividades operacionais

14. Rácios

14.1 Fundo maneiio

Descrição	2017	2016	2015
Ativo Corrente	143.697,82 €	65.093,87 €	44.044,46 €
Passivo Corrente	- 182.913,44 €	- 101.443,41 €	- 73.634,20 €
Fundo Maneio (FM)	- 39.215,62 €	- 36.349,54 €	- 29.589,74 €

Tabela 17 – Fundo de maneiio

O fundo de maneiio negativo (FM <0) reflete um desequilíbrio patrimonial e implica uma necessidade de aumentar o ativo corrente.

Pelos dados apresentados na tabela verifica-se que a situação do fundo de maneiio continua negativa e agravou ligeiramente a sua performance de 2015 para 2016 e de 2016 para 2017, tendo aumentado o valor em 2.866,08 €. Embora o ativo corrente tenha aumentado de valor o passivo corrente também aumentou o seu valor quase na mesma proporção.

De referir que no passivo corrente está registado o valor de 23.203,93 € referente ao empréstimo bancário de médio e longo prazo (a pagar em 5 anos) e o valor de 44.412,02 € que se refere às férias e subsídio de férias a pagar ao pessoal, que será liquidado em 2018, mas que dizem respeito a direitos vencidos em 2017.

14.2 Liquidez geral e liquidez imediata

Descrição	2017	2016	2015
Liquidez geral	0,785	0,641	0,598
Liquidez imediata	70,60 %	49,04 %	34,31 %

Tabela 18 – Rácio Liquidez geral e imediata

O rácio de liquidez geral determina a capacidade da entidade para esta fazer face aos seus compromissos a curto prazo.

Dado que o valor apresentado por este rácio é menor que 1, significa que os ativos correntes são inferiores ao passivo corrente. Esta situação poderá refletir dificuldades de Tesouraria. No entanto, essas dificuldades poderão não se fazer sentir se a velocidade de rotação do ativo corrente permitir fazer face ao timing de exigibilidade das dívidas de curto prazo.

Como se pode verificar na tabela acima, o rácio da liquidez geral tem vindo a aumentar ligeiramente ao longo dos últimos anos, o que significa que melhorou a sua posição da capacidade para fazer face aos seus compromissos de curto prazo.

O rácio de liquidez imediata traduz os conceitos de ativos líquidos, cingindo-se às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo que uma organização dispõe para fazer face às dívidas a pagar a curto prazo.

Pela análise verificada na tabela acima podemos afirmar que a situação de liquidez imediata melhorou em termos percentuais de 2015 para 2016 e de 2016 para 2017, tendo aumentado cerca de 21,56 %.

14.3 Autonomia financeira, solvabilidade e endividamento

Descrição	2017	2016	2015
Autonomia financeira	27,55 %	47,07 %	39,64 %
Solvabilidade	38,03 %	90,80 %	65,69 %
Endividamento	72,40 %	52,40 %	60,35 %

Tabela 19 – Rácio autonomia financeira, solvabilidade e endividamento

O rácio da autonomia financeira determina a (in) dependência da entidade face a capitais alheios, dando apoio na análise do risco sobre a estrutura financeira da organização.

Traduz a capacidade da organização de financiar o ativo através dos fundos patrimoniais sem ter de recorrer a empréstimos.

Os valores apresentados significam o recurso alargado a financiamento externo. Este indicador sofreu uma ligeira melhoria de 2015 para 2016, passando de 39,64% em 2015 para 47,07% em 2016, o que significa que obteve maior estabilidade financeira no ano de 2016 comparando com o ano de 2015. Em 2017 volta a descer para 27,55 %, o que se traduz no agravamento da estabilidade financeira.

O rácio da solvabilidade é a capacidade da organização para solver os seus compromissos a médio e longo prazo, isto é, a capacidade de pagar as dívidas. Traduz a posição de independência da organização face aos seus credores.

Este rácio sofre uma quebra em 2017, comparando-o com o ano de 2016, passando de 47,07 % para 27,55%.

Quanto maior for este rácio, maior será a segurança dos credores face aos seus créditos.

O rácio de endividamento mede a taxa de endividamento total. Quanto mais baixo for a percentagem menor é o endividamento.

Este rácio também volta a agravar-se ligeiramente em 2017, passando de 52,40 % em 2016 para 72,40 % em 2017, tendo aumentado 20%.

Contudo o valor apresentado significa que os capitais alheios (72,40 %) financiam mais de metade das aplicações totais (capitais próprios 27,60 %).

14.4 Rendibilidade líquida da atividade

A rendibilidade líquida da atividade, também conhecida como resultado económico líquido, mede o rendimento do conjunto de meios utilizados para a prossecução da atividade.

Descrição	2017	2016	2015
Rendibilidade líquida	-30.778,50 €	-8.275,74 €	-20.094,53 €

Tabela 20 – Rendibilidade Líquida

No cálculo deste rácio, não são consideradas as rubricas de outros gastos e perdas, juros e gastos similares suportados por parte dos gastos, assim como não são consideradas as rubricas de outros rendimentos e ganhos, os juros e rendimentos similares obtidos por parte dos rendimentos.

Como se pode verificar na tabela acima, este rácio apresenta valores negativos no ano de 2015, 2016 e 2017, e agravou a situação em 2017, passando de -8.275,74 euros para -30.778,50 euros.

Da análise deste rácio, pode-se concluir que a AFPAD mesmo com o valor da rubrica de outros rendimentos (21.769,88 €) apresenta uma rendibilidade líquida negativa.

CAPITULO VI – DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

1. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - CAO

Demonstração dos Resultados por Naturezas CAO				
Rendimentos e Gastos	2017	2016	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	24 009,60 €	21 109,98 €	13,73 %	2 899,62 €
Subsídios, doações legados á exploração	125 982,40 €	123 467,20 €	2,03 %	2 515,20 €
Custo Mercadoria Vendida e Matéria	-10 557,03 €	-9.838,57 €	7,30 %	718,46 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-18 279,75 €	-14.993,46 €	21,91 %	3 286,29 €
Gastos com Pessoal	-101 514,16 €	-98 081,39 €	3,50 %	3 432,77 €
Imparidades de dívidas a receber	-170,20 €	-126,00 €	35,07 %	44,20 €
Outras Imparidades (perdas/reversões)				
Outros Rendimentos e Ganhos	9 913,82 €	7 496,75 €	32,24 %	2 417,07 €
Outros Gastos e Perdas	-525,27 €	-413,28 €	27,09 %	111,99 €
Resultado antes de Depreciações	28 859,41 €	28 621,23 €	0,83 %	238,18 €
Gastos/Reversões de Depreciação	-10 979,42 €	-7 644,29 €	43,62 %	3 335,13 €
Resultado Operacional	17 879,99 €	20 976,94 €	-17,32 %	-3 096,95 €
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	43,64 €	22,08 €	97,64%	21,56 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-670,89 €	-421,65 €	59,11 %	249,24 €
Resultado Líquido do Período	17 252,74 €	20 577,37 €	-19,27 %	-3 324,63 €

Tabela 24 – Demonstração resultados CAO

Os gastos do CAO representam 31,66 % do total global de Gastos e os rendimentos representam 36,50 % do total global dos rendimentos.

Rendimentos e Gastos do Centro de Atividades Ocupacionais no ano de 2017 e 2016.

Descrição	2017	2016
Rendimento total anual	159 949,16 €	152 096,01 €
Rendimento médio mensal	13 329,12 €	12 674,67 €
Gasto total anual	142 696,72 €	131 518,64 €
Gasto médio mensal	11 891,39 €	10 959,89 €
Gasto médio mensal por cliente	594,56 €	547,99 €
Comparticipação mensal por cliente da Seg. Social	511,76 €	499,03 €

Tabela 25 – Rendimentos e Gastos totais e médios do CAO

2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - IPI

Demonstração dos Resultados por Naturezas IP				
Rendimentos e Gastos	2017	2016	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	228,00 €	209,76 €	8,70 %	18,24 €
Subsídios, doações legados á exploração	59 317,60 €	58 136,80 €	2,03 %	1 180,80 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-3 593,74 €	-5 412,71 €	-50,61 %	-1 818,97 €
Gastos com Pessoal	-48 335,61 €	-46 405,13 €	4,16 %	1 930,48 €
Provisões (aumentos/reduções)				0,00 €
Outras Imparidades (perdas/reversões)	-87,40 €		100%	87,40 €
Outros Rendimentos e Ganhos	952,72 €	2 038,63 €	-113,98 %	-1 085,91 €
Outros Gastos e Perdas	-209,65 €	-468,89 €	-123,65 %	-259,24 €
Resultado antes de Depreciações	8 271,92 €	8 098,46 €	2,14 %	173,46 €
Gastos/Reversões de Depreciação	-1 206,12 €	-1 440,72 €	-19,45 %	-234,60 €
Resultado Operacional	7 065,80 €	6 657,74 €	6,13 %	408,06 €
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	22,42 €	11,34 €	97,71 %	11,08 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-1,63 €	-2,29 €	-40,50 %	-0,66 €
Resultado Líquido do Período	7 086,59 €	6 666,79 €	6,30 %	419,80 €

Tabela 26 – Demonstração resultados de IPI

Os gastos da Intervenção Precoce na Infância representam 11,85 % do total global de Gastos e os rendimentos representam 13,81 % do total global dos rendimentos.

Rendimentos e Gastos da Intervenção Precoce na Infância no ano de 2017 e 2016.

Descrição	2017	2016
Rendimento total anual	60 520,74 €	60 396,53 €
Rendimento médio mensal	5 043,40 €	5 033,04 €
Gasto total anual	53 434,15 €	53 729,74 €
Gasto médio mensal	4 452,85 €	4 477,48 €
Gasto médio mensal por criança (40 crianças)	111,32 €	111,94 €
Comparticipação mensal por criança da Seg. Social	119,62 €	117,16 €

Tabela 27 – Rendimentos e gastos totais e médios de IP

3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – LAR RESIDENCIAL

Demonstração dos Resultados por Naturezas LAR Residencial				
Rendimentos e Gastos	2017	2016	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	55 302,50 €	52 408,26 €	5,52 %	2 894,24 €
Subsídios, doações legados á exploração	149 108,48 €	146 132,00 €	2,03 %	2 976,48 €
Custo Mercadoria Vendida e Matéria	-19 490,14 €	-18 073,72 €	7,84 %	1 416,42 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-35 030,73 €	-27 385,59 €	27,92 %	7 645,14 €
Gastos com Pessoal	-188 141,36 €	-174 853,83 €	7,60 %	13 287,53 €
Outras imparidades (perdas/reversões)	-202,40 €	-2 520,00 €	-1 147,52%	-2 317,60 €
Outros Rendimentos e Ganhos	10 903,34 €	7 436,91 €	46,61 %	3 466,43 €
Outros Gastos e Perdas	-1 276,72 €	-340,50 €	274,95 %	936,22 €
Resultado antes de Depreciações	-28 827,03 €	-17 196,47 €	67,63 %	11 630,56 €
Gastos/Reversões de Depreciação	-8 489,02 €	-4 464,33 €	90,15 %	4 024,69 €
Resultado Operacional	-37 316,05 €	-21 660,80 €	72,27 %	15 655,25 €
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	51,91 €	26,43 €	96,41 %	25,48 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-539,50 €	-422,53 €	27,68 %	116,97 €
Resultado Líquido do Período	-37 803,64 €	-22 056,90 €	71,39 %	15 746,74 €

Tabela 28 – Demonstração resultados LAR

Os gastos do Lar Residencial representam 55,81 % do total global de gastos e os rendimentos representam 48,10 % do total global dos rendimentos.

Rendimentos e Gastos do Lar Residencial no ano de 2017 e 2016.

Descrição	2017	2016
Rendimento total anual	215 366,23 €	206 003,60 €
Rendimento médio mensal	17 947,18 €	17 166,97 €
Gasto total anual	253 169,87 €	228 060,50 €
Gasto médio mensal	21 097,48 €	19 005,04 €
Gasto médio mensal por cliente	1 758,12 €	1 583,75 €
Comparticipação mensal por cliente da Seg. Social	1 004,92 €	984,25 €

Tabela 29 – Rendimentos e gastos médios do Lar

4. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – SERVIÇOS E TERAPIAS COMPLEMENTARES (STC)

Demonstração dos Resultados por Naturezas STC				
Rendimentos e Gastos	2016	2016	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	2 300,00 €	2 490,00 €	-8,26 %	-190,00 €
Subsídios, doações legados á exploração				
Custo Mercadoria Vendida e Matéria				
Fornecimentos e Serviços Externos	-1 410,00 €	-990,00 €	42,42 %	420,00 €
Gastos com Pessoal				
Outras imparidades (perdas/reversões)				
Outros Rendimentos e Ganhos				
Outros Gastos e Perdas				
Resultado antes de Depreciações	890,00 €	1 500,00 €	-68,53 %	-610,00 €
Gastos/Reversões de Depreciação				
Resultado Operacional	890,00 €	1 500,00 €	-68,53 %	-610,00 €
Juros e Rendimentos Similares Obtidos				
Juros e Gastos Similares Suportados				
Resultado Líquido do Período	890,00 €	1 500,00 €	-68,53 %	-610,00 €

Tabela 30 – Rendimentos e gastos médios dos STC

Os gastos dos Serviços e Terapias Complementares representam 0,31 % do total global de gastos e os rendimentos representam 0,52 % do total global dos rendimentos.

De referir que os serviços e terapias complementares no ano de 2017 só prestou serviços em terapia da fala.

No ano de 2017 foram apoiadas 5 crianças nos serviços de terapia da fala.

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Comparação entre a execução e o orçamento de 2016 relativamente aos Gastos.

Contas	Execução	Orçamento	Desvio	Desvio
	2017	2017	Valor	%
Custo Mercadorias Vendidas	30 047,17 €	28 000,00 €	2 047,17 €	7,31 %
Fornecimentos e serviços externos	58 314,22 €	50 952,98 €	5 361,24 €	10,12 %
Gastos com pessoal	337 991,13 €	335 481,61 €	2 509,52 €	0,75 %
Gastos de depreciação e amortização	20 674,56 €	20 012,58 €	661,98 €	3,31 %
Perdas por imparidade	460,00 €	774,00 €	314,00 €	-68,26 %
Provisões				
Outros gastos e perdas	2 011,64 €	980,00 €	1 031,64 €	105,26 %
Gastos e perdas de financiamento	1 212,02 €	1 364,00 €	-151,98 €	-12,54 %
Totais	450 710,74 €	437 565,17 €	13 145,57 €	3,00 %

Tabela 31 – Comparação da execução dos gastos com o orçamento

Na tabela acima apresentado temos a composição da estrutura dos gastos, entre o que foi orçamentado para o ano de 2017 e o que foi realizado durante o mesmo ano, com o apuramento das respetivas diferenças.

Como podemos constatar na tabela, os gastos na sua globalidade (todas as rubricas) a diferença apurada entre o que foi orçamentado e o que foi realizado para o ano de 2017 atingiu o valor de 13.145,57 € que se traduz numa diferença de 3,00 % aproximadamente.

Comparação entre a execução e o orçamento de 2016 relativamente aos Rendimentos

Contas	Execução	Orçamento	Desvio	Desvio
	2017	2017	Valor	%
Vendas	1 188,10 €	800,00 €	388,10 €	48,51 %
Prestações de serviços	80 652,00 €	79 682,00 €	970,00 €	1,21 %
Subsídios, Doações e Legados	334 408,48 €	330 321,00 €	4 087,48 €	1,24 %
Outros Rendimentos e Ganhos	21 769,88 €	27 106,12 €	-5 336,32 €	-24,51 %
Juros e Outros Rendimentos	117,97 €	95,00 €	22,97 €	24,18 %
Totais	438 136,43 €	438 004,12 €	132,31 €	0,03 %

Tabela 32 – Comparação da execução dos rendimentos com o orçamento

Como se pode verificar na tabela acima apresentada relativamente aos rendimentos, podemos verificar que os valores orçamentados e os valores realizados durante o ano de 2017 praticamente não apresentam variação.

CAPITULO VII - DIVERSOS

1. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência durante o ano de 2017 cumpriu na íntegra com todas as suas obrigações fiscais e legais.

À data de 31 de Dezembro de 2017, não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social ou a qualquer outra entidade pública, tendo obtido a declaração da situação contributiva perante a Segurança Social e a declaração da situação tributária regularizadas perante estes organismos.

Durante o corrente ano foi entregue via internet nas respetivas entidades, o relatório único ao abrigo da portaria n.º 55/2010 publicado no Diário da República n.º 14, 1 Série, de 21 de Janeiro de 2010, que inclui o Balanço Social, Anexo A – Quadro de Pessoal, Anexo B – Fluxo de Entrada ou Saída de Trabalhadores, Anexo C – Relatório Anual da Formação Contínua e o Anexo D (CAO e LAR) – Relatório Anual da Atividade do Serviço de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Anexo E Greves, Anexo F – Informação sobre prestadores de serviços, enviado ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Foi enviado ao Ministério das Finanças - Direção Geral dos Impostos através da plataforma informática do portal das finanças, o modelo 25 referente aos donativos em géneros e em moeda monetária, assim como também foi enviado pelo mesmo método e sistema o modelo 10, referente aos rendimentos e retenções na fonte de IRS do trabalho dependente e independente.

À data de 31 de Dezembro de 2017, não se verificou qualquer registo no livro de reclamações ao abrigo do Decreto-Lei n.º 156/2005 de 15 de Setembro.

Durante o ano de 2017 as viaturas da AFPAD percorreram as seguintes distâncias em Km:

Nissan	46-18-JJ	7 676 Km	697 Km/mês
Fiat Ducato	64-RJ-80	8 843 Km	736 Km/mês
Fiat Ducato	64-RJ-82	<u>28 044 Km</u>	<u>2 549 Km/mês</u>
Total		44 563 Km	

2. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO

Para o próximo ano e seguintes, perspectiva-se que a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência mantenha um ritmo de crescimento e desenvolvimento sustentado, de acordo e em função das oportunidades que possam surgir, com o objetivo de aumentar a eficiência e a

eficácia no desenvolvimento das suas atividades e o reforço da qualidade e melhoria contínua dos serviços prestados.

Também se espera que venha a cumprir com todos os projetos que assumiu no passado e/ou venha a assumir no futuro, em prol de um serviço que vá de encontro às expectativas dos seus clientes e que lhes possa proporcionar a melhor qualidade de vida desejada para todos os intervenientes.

Para o próximo ano (2018) é espectável que, também venha a melhorar e a valorizar o seu desempenho económico-financeiro.

A direção é de parecer pela continuidade da entidade sobre o futuro, que é pelo menos de 12 meses a partir desta data, pela avaliação efetuada pelo órgão de gestão, sobre toda a informação aqui disponibilizada que considera que é adequada e apropriada.

3. FACTOS RELEVANTES APÓS O ENCERRAMENTO DE CONTAS DE 2017

Até à presente data não ocorreram factos materialmente relevantes que deem lugar a ajustamentos ou que possam afetar a posição das demonstrações financeiras do ano de 2017.

4 CONCLUSÕES

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência tem conseguido vencer todas as adversidades, quer por conjunturas Nacionais quer por conjunturas Internacionais, internas e/ou externas, onde se apresenta com o mesmo rigor e confiança no futuro.

O relatório aqui apresentado pretende divulgar toda a informação considerada apropriada para a análise da atividade exercida durante o ano de 2017 que foi desenvolvida de acordo com o esperado para o seu normal funcionamento e toda a informação económica e financeira para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

As demonstrações financeiras são uma representação estruturada da posição e do desempenho económico financeiro de uma entidade com o objetivo de que essa informação seja útil a uma vasta gama de utilizadores na tomada de decisões.

As políticas contabilísticas estão devidamente divulgadas no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados por naturezas, salientando-se as resultantes da aplicação do regime de acréscimo (periodização económica), consistência de apresentação, materialidade e agregação, informação comparativa, o que denota uma preocupação de rigor técnico-contabilístico, em prol da imagem verdadeira e apropriada da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência.

Pela análise económica e financeira criteriosamente efetuada com base nos vários instrumentos e peças contabilísticas, a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência conseguiu atingir os seus objetivos e estratégias traçadas para o ano de 2017 na sua globalidade e da forma

que foi possível, contribuindo para esse facto o empenho e a dedicação de todos quanto colaboraram de uma ou de outra forma com a Associação.

De realçar o facto de que no ano de 2017 a AFPAD foi contemplada com subsídio do Município de Vila Nova de Famalicão, candidaturas a projetos e outros, o que permitiu o equilíbrio financeiro desejado.

5. REFERENCIAS FINAIS

A Direção da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência agradece o contributo decisivo prestado por todos quantos colaboram para o desenvolvimento da atividade da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, designadamente clientes e significativos, Instituto da Segurança Social de Braga, Município de Vila Nova de Famalicão, fornecedores, instituições financeiras, e demais entidades públicas e privadas, assim como o empenho e confiança dos seus associados no acompanhamento da evolução da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, durante o ano de 2017.

A direção expressa ainda o seu reconhecimento a todos os colaboradores da Associação cujo esforço, decisão e competência contribuíram para os resultados alcançados no ano findo.

Os agradecimentos da direção são extensíveis a todas as entidades que ao longo do ano colaboraram com a AFPAD.

Por último, uma palavra especial de agradecimento aos nossos clientes e parceiros pela preferência e confiança que em nós depositam e a todos os colaboradores da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, pelo trabalho realizado e pelo empenho sempre demonstrado.

Vila Nova de Famalicão, 09 de março de 2018

A DIREÇÃO:

Presidente:	Alberto Manuel Ribeiro Gonçalves
Vice-Presidente	Abraão José Rodrigues Carneiro da Costa
Secretária:	Joana Alexandra Marques Gomes
Tesoureiro	Sara Catarina Sousa Gomes
Vogal	Bruna Araújo Carvalho



**ASSOCIAÇÃO FAMILICENSE
DE
PREVENÇÃO E APOIO À DEFICIÊNCIA**

FUNDADA EM 1993

INSTITUIÇÃO CERTIFICADA





Rua António Sérgio, 103

4760 – 298 VILA NOVA DE FAMALICÃO

www.afpad.org